

## PROVAS REALIZADAS

# Delegado de Polícia - 2000

## Mato Grosso

### Prova Preambular

## Língua Portuguesa

**01.** Ocorre erro de ortografia na oração da alternativa:

- a ( ) As paredes foram pichadas ontem .
- b ( ) O funcionário ficou hesitante diante da proposta.
- c ( ) A gengiva do menino sangrava muito.
- d ( ) Sua atitude foi muito espontânea.
- e ( ) Existe excaszez de emprego no país.

**02.** Indique a única alternativa que apresenta erro na acentuação gráfica em uma das palavras.

- a ( ) mártir - freguês - pólen
- b ( ) calvície - têxteis - ânsia
- c ( ) incrível - tênue - cárie
- d ( ) sêmen - armazém - ítem
- e ( ) vírus - órfão - vácuo

**03.** Na frase "Quem deseja sua ajuda em semelhante situação ?", as palavras destacadas são, respectivamente, pronomes:

- a ( ) interrogativo - possessivo - demonstrativo
- b ( ) indefinido - possessivo - demonstrativo
- c ( ) indefinido - relativo - oblíquo
- d ( ) indefinido - possessivo - relativo
- e ( ) interrogativo - possessivo - indefinido

**04.** Em qual das orações abaixo o predicado é verbo-nominal ?

- a ( ) Seu tio deve ser cauteloso.
- b ( ) A menina brincava com a boneca de pano.
- c ( ) A chuva caía fortemente.
- d ( ) Os empregados consideraram a proposta razoável.
- e ( ) O viajante caminhava pela estrada.

**05.** Assinale a alternativa onde ocorre erro de pontuação.

- a ( ) Os pássaros, sempre, voltam para os ninhos.
- b ( ) Na semana passada, os meninos deixaram seus brinquedos no parque.
- c ( ) Se não estivesse chovendo, teria ido ao cinema.
- d ( ) Manoel, o padeiro, quebrou a perna e não veio hoje.
- e ( ) São Paulo, 20 de novembro de 1999.

**06.** Na frase "A loja ficou repleta de clientes", o termo destacado é:

- a ( ) objeto direto
- b ( ) agente da passiva
- c ( ) complemento nominal
- d ( ) objeto indireto
- e ( ) complemento verbal

**07.** Em qual das alternativas abaixo ambas as palavras apresentam 8 letras e 6 fonemas ?

- a ( ) gasolina - cochicho
- b ( ) passarela - passeata
- c ( ) assessor - guitarra
- d ( ) salsicha - caridade
- e ( ) bochecha - oclusiva

**08.** O plural do substantivo composto está incorreto na alternativa:

- a ( ) o leva-e-traz - os leva-e-traz
- b ( ) a manga-rosa - as mangas-rosa
- c ( ) o beija-flor - os beija-flores
- d ( ) o guarda florestal - os guarda-florestais
- e ( ) o primeiro-ministro - os primeiros-ministros

**09.** Assinale a alternativa onde o verbo pôr está conjugado na 1ª pessoa do plural do pretérito imperfeito do modo indicativo.

- a ( ) pomos
- b ( ) púnhamos
- c ( ) pusemos
- d ( ) ponhamos
- e ( ) pusermos

**10.** Entre os vocábulos abaixo identifique substantivo abstrato.

- a ( ) ar
- b ( ) fada
- c ( ) Deus
- d ( ) vento
- e ( ) lembrança

## Estatuto da Polícia Judiciária Civil

**11.** São funções Institucionais da Polícia Judiciária Civil do Mato Grosso :

I. A apuração de infrações penais

II. Cumprir e fazer cumprir os direitos e garantias constitucionais fundamentais buscando o respeito e dignidade da pessoa humana e sua convivência harmônica na comunidade.

III. Organizar e manter cadastro de pessoas suspeitas e/ou indiciados pela prática de infrações penais.

IV. Exercer os poderes discricionários afetos à Polícia Judiciária Civil, que objetive proteger os direitos inerentes à pessoa humana e resguardar a segurança pública.

V. Produzir e difundir conhecimentos de interesse Policial

a ( ) Os itens I, II e IV estão corretos

b ( ) Os itens I, II e V estão corretos

c ( ) Os itens II, III e IV estão corretos

d ( ) Os itens I, II e III estão corretos

e ( ) Os itens I, III e IV estão corretos

**12.** A Corregedoria Geral da Polícia Judiciária Civil compete:

I. Promover a apuração das infrações penais e transgressões disciplinares atribuídas à Polícia Civil, produzindo provas e impondo sanções, no limite de sua competência.

II. Fiscalização, Controle do comércio, emprego e uso de armas de fogo.

III. Proceder a inquérito policial para apurar omissão ou fato ilícito ocorridos no exercício da atividade policial.

IV. Adotar providências para sanar omissões ou para corrigir e prevenir ilegalidades ou abuso de poder.

V. Promover investigação social dos candidatos aos cargos de carreira de Polícia Civil.

a ( ) Apenas os itens I, II e V estão corretos

b ( ) Apenas os itens I, III e IV estão corretos

c ( ) Apenas os itens I, II e IV estão corretos

d ( ) Apenas os itens II, III e IV estão corretos

e ( ) Apenas os itens II, III e V estão corretos

**13.** São atribuições do Agente de Polícia:

I. Proceder, mediante determinação da autoridade policial, às diligências e investigações policiais com o fim de coletar elementos para a elucidação de infrações penais e instrução dos respectivos procedimentos legais.

II. Efetuar prisão, conduzir e escoltar presos.

III. O recolhimento, a movimentação, a disciplina, a vigilância do preso, bem como a guarda de valores e seus pertencentes, procedendo à escrituração no livro de registro prisional.

IV. Promover diligências, requisitar informações, exames periciais e documentos necessários à instrução de inquérito policial ou outros procedimentos decorrentes das funções institucionais da Polícia Judiciária Civil.

V. Expedição de registro e porte de armas de fogo.

a ( ) Todos os itens estão corretos

b ( ) Apenas os itens I, II e IV estão corretos

c ( ) Apenas os itens I, III e IV estão corretos

d ( ) Apenas os itens I, II e III estão corretos

e ( ) Todos os itens estão incorretos

**14.** Realizar o aperfeiçoamento e especialização, objetivando a capacitação profissional do Policial Civil é competência

- a ( ) Departamento Administrativo
- b ( ) Academia de Polícia Judiciária Civil
- c ( ) Delegacia de Polícia
- d ( ) Departamento de Recursos Humanos
- e ( ) Delegacia Geral

**15.** Órgão de Direção Superior é composto de

- a ( ) Diretoria Geral, Conselho Superior, Delegacia Regional.
- b ( ) Diretoria Geral, Delegacias Regionais, Delegacias Especializadas.
- c ( ) Governador, Diretoria Geral, Delegacias Regionais.
- d ( ) Conselho Superior, Delegacias Regionais, Delegacias Especializadas.
- e ( ) Nenhuma das anteriores.

**16.** São atribuições dos Delegados de Polícia.

- I. Elaborar os inquéritos policiais e procedimentos administrativos, sob a presidência de autoridade policial competente.
  - II. Dirigir, coordenar, supervisionar e fiscalizar as atividades administrativas e operacionais do órgão ou unidade policial sob sua direção.
  - III. Cumprir e fazer cumprir, no âmbito de sua competência, as funções institucionais de polícia Judiciária Civil.
  - IV. Dirigir e coordenar as seções dos órgãos auxiliares, bem como seus respectivos servidores, quando na condição de encarregado.
- a ( ) Todos os itens estão corretos
  - b ( ) Todos os itens estão incorretos
  - c ( ) Apenas os itens I e II estão corretos
  - d ( ) Apenas os itens I e III estão corretos
  - e ( ) Apenas os itens II e III estão corretos

**17.** O policial civil será submetido a curso de formação técnica profissional, com carga horária mínima de 480 (quatrocentos e oitenta) horas aula, sendo verificado o preenchimento dos seguintes requisitos

- I. Conduta ilibada, na vida pública e privada
  - II. Aptidão
  - III. Disciplina
  - IV. Assiduidade
  - V. Dedicção ao serviço
  - VI. Eficiência
  - VII. Responsabilidade
  - VIII. Obter média mínima nas matérias ministradas pela Academia de Polícia Judiciária Civil, conforme dispuser o seu regime interno, como no mínimo de 80% (oitenta por cento) de frequência às aulas.
- a ( ) Apenas os itens I, II e III estão corretos
  - b ( ) Apenas os itens I, IV e V estão corretos
  - c ( ) Todos os itens estão incorretos
  - d ( ) Todos os itens estão corretos
  - e ( ) Apenas os itens V, VI, VII estão corretos

18. A apuração da conduta de que trata a questão 7 item I, que abrangerá também o tempo anterior a nomeação, será efetuada pela

- a ( ) Delegacia Geral da Polícia
- b ( ) Departamento Administrativo
- c ( ) Serviço de Informações da Polícia Judiciária Civil
- d ( ) Corregedoria Geral da Polícia
- e ( ) Nenhuma das anteriores

## Direito Penal

19. Julgue os itens abaixo sobre a aplicação da lei penal no tempo e no espaço e assinale a alternativa correta:

I - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

II - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território brasileiro as aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro, mesmo quando se encontrem em pouso em território estrangeiro.

III - É aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de qualquer embarcação estrangeira que se encontre em porto ou mar territorial do Brasil.

IV - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

- a ( ) Todos os itens estão corretos.
- b ( ) Todos os itens estão incorretos.
- c ( ) Somente estão corretos os itens II e IV.
- d ( ) Somente estão corretos os itens I e III.
- e ( ) Somente estão corretos os itens I e IV.

20. O erro sobre elementos constitutivos do tipo legal de crime:

- a ( ) isenta de pena, se inevitável.
- b ( ) exclui o dolo.
- c ( ) exclui a ilicitude.
- d ( ) exclui a culpabilidade.
- e ( ) diminui a pena de um sexto a um terço, se evitável.

21. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr:

- a ( ) nos crimes de falsificação ou alteração de assentamento do registro civil, do dia em que se consumou o fato delituoso.
- b ( ) nos crimes permanentes, do dia em que se iniciou a atividade criminosa.
- c ( ) como regra geral, do dia em que o fato criminoso se tornou conhecido.
- d ( ) no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa.
- e ( ) nos crimes permanentes, do dia em que o fato criminoso se tornou conhecido.

**22.** Julgue os itens a seguir, sobre a extinção da punibilidade, e assinale a alternativa correta:

I - Em nosso sistema legal, a retratação do agente não tem relevância para a extinção da punibilidade.

II - A vontade do agente do crime de atentado violento ao pudor de casar-se com sua vítima é causa de extinção da punibilidade.

III - A lei que não mais considera o fato como criminoso extingue a punibilidade até mesmo dos crimes praticados anteriormente à sua vigência.

IV - Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, o agravamento da pena resultante da conexão.

a ( ) Todos os itens estão corretos.

b ( ) Todos os itens estão incorretos.

c ( ) Somente estão corretos os itens II e IV.

d ( ) Somente estão corretos os itens I e III.

e ( ) Somente estão corretos os itens III e IV.

**23.** Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I - É isento de pena quem comete o crime de estelionato, em prejuízo do seu cônjuge, na constância do casamento.

II - É isento de pena quem comete o crime de roubo em prejuízo de seu ascendente ou descendente.

III - É isento de pena quem comete o crime de furto em prejuízo de irmão, tio ou sobrinho.

IV - Somente se procede mediante representação, se o crime de furto é cometido em prejuízo do cônjuge judicialmente separado.

a ( ) Todos os itens estão corretos.

b ( ) Todos os itens estão incorretos.

c ( ) Somente estão corretos os itens II e IV.

d ( ) Somente estão corretos os itens I e III.

e ( ) Somente estão corretos os itens I e IV.

**24.** Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I - Constitui crime inafiançável e imprescritível a prática da tortura, sujeito à pena de reclusão.

II - Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, salvo a de multa, que poderá ser estendida aos seus sucessores e contra eles executada, até o limite do valor do patrimônio transferido.

III - Em nenhuma hipótese haverá pena de morte.

IV - Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem posterior cominação legal.

a ( ) Todos os itens estão corretos.

b ( ) Todos os itens estão incorretos.

c ( ) Somente estão corretos os itens II e IV.

d ( ) Somente estão corretos os itens I e III.

e ( ) Somente estão corretos os itens I e IV.

**25.** A suspensão condicional da pena:

a ( ) não é possível quando a pena privativa de liberdade aplicada for inferior a 2 (dois) anos.

b ( ) não é possível se o condenado for reincidente em crime culposos.

c ( ) só é possível quando o condenado for primário.

d ( ) é possível mesmo que haja condenação anterior à pena de multa.

e ( ) é possível quando a pena aplicada for superior a 4 (quatro) anos, desde que o condenado seja maior de setenta anos.

26. Mévio, um particular, se opõe à execução de ordem de despejo do imóvel que ocupa na condição de inquilino, agredindo fisicamente o oficial de justiça competente para realizar o ato. Mévio, assim agindo:

- a ( ) pratica o crime de lesão corporal grave, porque praticado contra funcionário público no exercício das funções.
- b ( ) pratica o crime de resistência.
- c ( ) pratica o crime de desacato em concurso com o de lesões corporais.
- d ( ) pratica o crime de desobediência em concurso formal com o de violência arbitrária.
- e ( ) pratica o crime de exercício arbitrário das próprias razões.

## Direito Processual Penal

27. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I - A comunicação às autoridades policiais da existência de crimes de ação penal pública incumbe privativamente ao Ministério Público, eis que é o órgão encarregado da defesa da sociedade.

II - Vigê, no inquérito policial, o princípio do contraditório, onde se assegura ao indiciado o exercício do direito amplo de defesa e ao devido processo legal.

III - Incumbe à autoridade policial que presidir os autos de inquérito policial fazer relatório minucioso ao término das investigações, vinculando a autoridade judiciária no que diz respeito à tipificação do fato praticado pelo indiciado.

- a ( ) Apenas o item I está correto.
- b ( ) Apenas o item II está correto.
- c ( ) Apenas o item III está correto.
- d ( ) Todos os itens estão corretos.
- e ( ) Todos os itens estão incorretos.

28. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I - A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.

II - A ação penal privada poderá ser proposta tanto pelo ofendido quanto por seu representante legal.

III - Nosso sistema processual penal admite a ação privada nos crimes de ação pública se esta não for intentada no prazo legal.

- a ( ) Apenas o item I está correto.
- b ( ) Apenas o item II está correto.
- c ( ) Apenas o item III está correto.
- d ( ) Todos os itens estão corretos.
- e ( ) Todos os itens estão incorretos.

**29.** Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I - A competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, salvo a competência privativa dos Tribunais Superiores.

II - Sendo conhecido o lugar da infração, a competência será determinada pelo domicílio do réu.

III - A regra no estabelecimento da competência em matéria penal é a natureza da infração, ou seja, se o crime é ou não doloso, comum ou político etc..

- a ( ) Apenas o item I está correto.
- b ( ) Apenas o item II está correto.
- c ( ) Apenas o item III está correto.
- d ( ) Todos os itens estão corretos.
- e ( ) Todos os itens estão incorretos.

**30.** São fatores determinantes da competência jurisdicional no processo penal, exceto:

- a ( ) o domicílio ou residência do réu.
- b ( ) a prerrogativa de função.
- c ( ) a prevenção.
- d ( ) a idade do réu.
- e ( ) a distribuição.

**31.** Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I - A arguição de suspeição precederá a qualquer outra, exceto quando fundada em motivo superveniente.

II - Se a arguição de suspeição for de manifesta improcedência, o juiz ou relator poderá rejeitá-la liminarmente.

III - As exceções no processo penal processam-se nos mesmos autos do processo principal e não suspenderão, em regra, o andamento da ação penal

- a ( ) Apenas o item I está correto.
- b ( ) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c ( ) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d ( ) Todos os itens estão corretos.
- e ( ) Todos os itens estão incorretos.

**32.** Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I - O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

II - No juízo penal, observam-se as restrições estabelecidas na lei civil quanto à prova de quaisquer fatos.

III - Considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias

- a ( ) Apenas o item II está correto.
- b ( ) Apenas os itens II e III estão corretos.
- c ( ) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d ( ) Todos os itens estão corretos.
- e ( ) Todos os itens estão incorretos.

**33.** Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I - Não será computada como testemunha a pessoa que nada souber que interesse à decisão da causa.

II - Toda pessoa poderá ser testemunha.

III - No processo penal, os intérpretes são, para todos os efeitos, equiparados às testemunhas.

a ( ) Apenas o item I está correto.

b ( ) Apenas o item II está correto.

c ( ) Apenas os itens I e II estão corretos.

d ( ) Todos os itens estão corretos.

e ( ) Todos os itens estão incorretos.

**34.** Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta, quanto ao procedimento criminal relativo à Lei nº 6.368, de 21.10.76:

I - Nos casos em que couber fiança, deverá a autoridade, que a conceder ou negar, fundamentar a decisão.

II - Sem embargo da questão da constitucionalidade ou não da previsão legal, estabelece a referida lei que o réu condenado por infração dos artigos 12 ou 13 da referida lei não poderá apelar sem recolher-se à prisão.

III - Contam-se em dobro os prazos legais quando a hipótese for de tipificação pelos artigos 12, 13 e 14.

a ( ) Apenas o item I está correto.

b ( ) Apenas o item II está correto.

c ( ) Apenas os itens I e II estão corretos.

d ( ) Todos os itens estão corretos.

e ( ) Todos os itens estão incorretos.

## Direito Administrativo

**35.** Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I - O abuso de poder por parte da autoridade administrativa somente pode revestir-se da forma comissiva, pois a Administração Pública, ao se omitir, não extrapola o poder a ela conferido, mas sim não o exerce como deveria.

II - São espécies de abuso de poder o excesso de poder e o desvio de poder. Na primeira espécie, a autoridade pratica ato que não é da sua competência legal. Na segunda, apesar de ter competência para praticar o ato, a autoridade administrativa o faz por motivos ou com fins diversos dos objetivados pela lei ou exigidos pelo interesse público.

III - Embora sejam ilícitos todos os atos administrativos praticados com excesso de poder, existem alguns que, por atingir direito subjetivo de particulares, não são nulos, de forma que a Administração Pública não os pode revogar ou anular.

a ( ) Somente os itens I e II estão corretos.

b ( ) Somente os itens II e III estão corretos.

c ( ) Somente os itens I e III estão corretos.

d ( ) Somente os itens I e II estão incorretos.

e ( ) Somente os itens I e III estão incorretos.

**36.** Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I - O poder vinculado é aquele que a lei confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização. Não há falar, aqui, em conveniência ou oportunidade para a atuação administrativa.

II - A autoridade administrativa, mesmo no exercício do poder discricionário, estará sempre subordinada à finalidade expressa em lei para a prática do ato.

III - O ato discricionário é imune à apreciação judicial, pois a lei confere à autoridade administrativa que o pratica ampla liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.

a ( ) Todos os itens estão corretos.

b ( ) Todos os itens estão incorretos.

c ( ) Apenas os itens I e II estão corretos.

d ( ) Apenas os itens I e III estão corretos.

e ( ) Apenas os itens II e III estão corretos.

**37.** Analise os itens a seguir, sobre os poderes da Administração Pública, e assinale a alternativa correta:

I - Tem por objetivo o poder hierárquico ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública.

II - Do poder regulamentar decorrem faculdades para a autoridade administrativa superior de dar ordens e de avocar atribuições dos seus subordinados.

III - O poder disciplinar está vinculado à prévia definição da lei sobre a infração funcional e a respectiva sanção.

IV - Apesar de ser privativo dos Chefes do Poder Executivo, o poder regulamentar pode ser por eles delegados.

a ( ) Todos os itens estão corretos.

b ( ) Somente um item está correto.

c ( ) Somente dois itens estão corretos.

d ( ) Somente três itens estão corretos.

e ( ) Todos os itens estão incorretos.

**38.** Assinale a alternativa correta:

a ( ) Incide o poder de polícia da Administração Pública sobre bens, direitos, atividades e pessoas.

b ( ) Tal como o poder de polícia judiciária, o poder de polícia administrativa é inerente a determinados órgãos da Administração Pública.

c ( ) Por ser o ato administrativo de aplicar multa decorrente do poder de polícia, não há falar em intervenção do Poder Judiciária para que seja aquele ato da Administração Pública executado, pois um dos atributos do poder de polícia é justamente o da auto-executoriedade.

d ( ) poder de polícia administrativa tem como atributo a vinculação, tendo em vista a sua grave interferência na esfera jurídica dos administrados, de modo a limitar-lhes o uso e gozo de direitos e bens, e o exercício de atividades.

e ( ) No poder de polícia delegado não se compreende o poder de impor taxas, mas lhe é implícita a faculdade de aplicar sanções aos infratores, na forma regulamentar.

**39.** Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I - Incide a responsabilidade objetiva da Administração Pública quando soldado, mesmo fora do serviço, mas na condição de policial militar, pratica agressão contra pessoa com a utilização de arma da corporação militar.

II - A responsabilidade civil da Administração Pública é objetiva, dispensando, assim, indagação sobre a culpa ou dolo daquele que, em seu nome, haja atuado.

III - A responsabilidade objetiva da Administração Pública fica reduzida ou é excluída conforme haja culpa concorrente do particular ou tenha sido este o exclusivo culpado.

IV - A Administração Pública responde civilmente por ato praticado por agente policial que cause dano ao cidadão, mesmo quando aquele atue com abuso no exercício de suas funções.

- a ( ) Todos os itens estão corretos.
- b ( ) Apenas um item está correto.
- c ( ) Apenas dois itens estão corretos.
- d ( ) Apenas três itens estão corretos.
- e ( ) Todos os itens estão incorretos.

**40.** Assinale a alternativa incorreta:

a ( ) Quanto à formação, o ato administrativo é simples quando resulta da manifestação de vontade de um único órgão, unipessoal ou colegiado.

b ( ) Quanto à formação, o ato administrativo é complexo quando resulta da vontade única de um órgão, mas depende da verificação por parte de outro, para se tornar executável.

c ( ) Quanto ao conteúdo, o ato administrativo é modificativo quando tem por finalidade alterar situações preexistentes, sem suprimir direitos ou obrigações.

d ( ) Quanto ao conteúdo, o ato administrativo é desconstitutivo quando põe termo a situações jurídicas individuais.

e ( ) Quanto aos efeitos, diz-se ato administrativo de constatação aquele pelo qual a Administração verifica e proclama uma situação fática ou jurídica ocorrente.

**41.** Sobre os atributos do ato administrativo não é correto afirmar:

a ( ) A presunção de legitimidade autoriza a imediata execução ou operatividade dos atos administrativos, mesmo que, ainda não anulados, sejam argüidos de vícios ou defeitos que os levem à invalidade.

b ( ) Sendo seu atributo, todos os atos administrativos têm imperatividade.

c ( ) A presunção de legitimidade transfere o ônus da prova de invalidade do ato administrativo para quem a invoca.

d ( ) A auto-executoriedade dos atos administrativos consiste na possibilidade de serem imediata e diretamente executados pela própria Administração, independentemente de ordem judicial.

e ( ) A presunção de legitimidade não impede a sustação dos efeitos do ato administrativo através de recursos internos ou mesmo de mandado de segurança.

**42.** Quanto ao conteúdo, a venda de um bem da administração é um ato:

- a ( ) constitutivo.
- b ( ) declaratório.
- c ( ) modificativo.
- d ( ) alienativo.
- e ( ) desconstitutivo.

## Direito Constitucional

43. Sobre o controle de constitucionalidade é correto afirmar:

- a ( ) É impossível o controle da constitucionalidade formal de uma lei.
- b ( ) Na ação direta de inconstitucionalidade são partes a pessoa legítima que a propôs e a União.
- c ( ) Na justiça estadual não há controle concentrado de constitucionalidade, já que sempre caberá recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- d ( ) ato normativo estadual contrário à autonomia municipal pode ser objeto de ação interventiva.
- e ( ) Não há previsão constitucional para conferir efeito vinculante a alguma decisão do Supremo Tribunal Federal.

44. O art. 5º da Constituição afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Assim, é correto afirmar:

- a ( ) O regime jurídico das liberdades públicas protege tanto as pessoas naturais, quanto as pessoas jurídicas.
- b ( ) A garantia de igualdade não significa que todos tenham igual acesso aos remédios constitucionais, pois o estrangeiro não pode impetrar mandado de segurança, já que não é cidadão brasileiro.
- c ( ) Não há diferença entre direitos e garantias individuais.
- d ( ) Ao estrangeiro não residente no Brasil, mas em trânsito, nenhum direito constitucional é garantido.
- e ( ) A inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade significa que esses bens não poderão ser restringidos ou afetados sob nenhum aspecto.

45. Analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

São garantias da independência do Poder Judiciário previstas na Constituição:

I - Autonomia funcional, administrativa e financeira.

II - A nomeação dos ministros dos tribunais superiores pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.

III - As garantias de vitaliciedade e inamovibilidade dos juízes.

- a ( ) Todas estão corretas.
- b ( ) Apenas II está correta.
- c ( ) Apenas I e II estão corretas.
- d ( ) Apenas I e III estão corretas.
- e ( ) Todas estão incorretas.

46. Não é órgão através do qual se exerce a segurança pública:

- a ( ) corpos de bombeiros militares.
- b ( ) polícia ferroviária federal.
- c ( ) polícia sanitária.
- d ( ) polícia civil.
- e ( ) polícia rodoviária federal.

**47.** Assinale a alternativa incorreta:

- a ( ) Se a medida tomada durante estado de sítio mostrar-se ineficaz, será decretado estado de defesa.
- b ( ) Em caso de guerra, o estado de sítio poderá perdurar enquanto houver confronto bélico.
- c ( ) A iminência e a gravidade de instabilidade institucional permite a decretação do estado de defesa.
- d ( ) Comoção grave de repercussão nacional permite a decretação do estado de sítio.
- e ( ) Mesmo na vigência do estado de defesa é vedada a incomunicabilidade do preso.

**48.** Considerando quais os itens abaixo podem ser tidos por conceitos corretos de constituição, assinale a alternativa correta:

- I - A constituição de um país é a soma dos fatores reais do poder que regem esse país.
  - II - A constituição de um país é a decisão política fundamental, decisão concreta de conjunto sobre o modo e forma de existência da unidade política.
  - III - A constituição de um país é a norma jurídica suprema, a que todas as outras se subordinam.
- a ( ) Todas estão corretas.
  - b ( ) Apenas I e II estão corretas.
  - c ( ) Apenas I e III estão corretas.
  - d ( ) Apenas II e III estão corretas.
  - e ( ) Todas estão incorretas.

**49.** Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I - Somente os integrantes das carreiras da Polícia Civil do Estado do Mato Grosso poderão ser nomeados pelo Governador do Estado para dirigir aquela instituição.
  - II - Ressalvada a competência da União, são da incumbência da Polícia Civil do Estado do Mato Grosso as funções de polícia judiciária.
  - III - A remoção do Delegado de Polícia Civil do Estado do Mato Grosso somente poderá ser efetivada por necessidade do serviço ou a pedido do Diretor-Geral da Polícia Civil, neste último caso desde que atenda à conveniência do serviço policial.
  - IV - É atribuição da Polícia Civil do Estado do Mato Grosso apurar todas as infrações penais, exceto as militares.
- a ( ) Todos os itens estão corretos.
  - b ( ) Apenas um item está correto.
  - c ( ) Apenas dois itens estão corretos.
  - d ( ) Apenas três itens estão corretos.
  - e ( ) Todos os itens estão incorretos.

**50.** Não é privativo de brasileiro nato o cargo de:

- a ( ) Presidente da Câmara dos Deputados.
- b ( ) de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- c ( ) de Coronel do Exército.
- d ( ) de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- e ( ) de Vice-Presidente da República.

## Gabarito

01.E	02.D	03.A	04.D	05.A	06.C	07.C	08.D	09.B	10.E
11.D	12.B	13.D	14.B	15.E	16.E	17.D	18.X	19.C	20.B
21.D	22.E	23.E	24.B	25.D	26.B	27.E	28.D	29.E	30.D
31.B	32.C	33.C	34.D	35.E	36.C	37.B	38.E	39.A	40.B
41.B	42.D	43.D	44.A	45.D	46.C	47.A	48.A	49.B	50.D

X – Questão anulada